



**X Congresso Português de Sociologia**  
*Na era da “pós-verdade”? Esfera pública, cidadania e qualidade da democracia no Portugal contemporâneo*  
Covilhã, 10 a 12 de julho de 2018

**Secção/Área temática: Sociologia da Educação**

## **Plágio e outras fraudes académicas na perspetiva dos docentes.**

**RAMOS, Madalena.** (CIES-IUL, ISCTE-IUL), [madalena.ramos@iscte-iul.pt](mailto:madalena.ramos@iscte-iul.pt)  
**MORAIS, César.** (CICS.NOVA, FCSH-UNL), [calm@fcs.unl.pt](mailto:calm@fcs.unl.pt)

### **Resumo**

As perceções e práticas dos docentes do ensino superior quando confrontados com situações de plágio ou de outras fraudes por parte dos seus discentes determinam, em grande medida, o sucesso das políticas institucionais de combate à fraude académica. Essas políticas e a ação docente nesse âmbito enfrentam atualmente grandes desafios, não só porque a expansão do sistema de ensino superior necessariamente multiplicou a incidência de práticas fraudulentas, mas também porque a evolução das tecnologias de comunicação e de informação, assim como a generalização e facilidade de acesso à internet, lhes deram novos contornos e maior sofisticação. Esta comunicação tem por objetivo apresentar e discutir alguns resultados de um estudo que principia por determinar o tipo de práticas que os docentes do ensino superior percecionam como fraudulentas, para depois averiguar qual a seriação de gravidade que delas fazem, os fatores que consideram inibi-las e quais as medidas que empreendem nessas situações. Este estudo avalia igualmente se essas perceções e práticas se distinguem de acordo com o género ou a idade dos docentes ou se divergem consoante a maior, ou menor, familiaridade com os procedimentos adotados na sua instituição de ensino. Trata-se de um estudo de caso efetuado no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), com recurso à aplicação de um inquérito por questionário.

Palavras-chave: Ensino Superior; Fraude Académica; Plágio; Perceções e Práticas de Docentes.

### **Abstract**

The perceptions and practices of higher education teachers when confronted with situations of plagiarism or other type of fraud by their students, determine, largely, the success of institutional policies regarding academic fraud. These policies and the teaching activity are currently facing great challenges, not only because the expansion of the higher education system that has necessarily multiplied the incidence of fraudulent practices, but also because of the evolution in communication and information technologies, accompanied by the generalization and easiness of Internet access which gave them new shapes and greater sophistication. This communication aims to present and discuss some results of a study, beginning with the identification of the practices that higher education teachers perceive to be fraudulent, the ranking of their gravity, the factors that inhibiting them and what measures they undertake in those situations. This study also assesses whether these perceptions and practices differ according to the gender or age of teachers or whether they differ according to the greater or lesser familiarity with the procedures adopted in their educational institution. This is a case study carried out at ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), with the application of a questionnaire survey.

Keywords: Higher Education; Academic Fraud; Plagiarism; Teachers Perceptions and Practices.

XAPS-68091



## **Introdução**

A fraude em contexto académico, não sendo um fenómeno recente, tem vindo a multiplicar-se e a complexificar-se nas últimas décadas. Uma evolução que resulta principalmente do aumento exponencial do número de instituições do ensino superior e do correspondente alargamento da comunidade académica, mas também do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e do acesso generalizado e facilitado a inúmeras fontes de informação (Hallak, 2016). Trata-se de uma realidade transversal a vários países (McCabe, 1999; Eckstein, 2003) que tem suscitado crescente interesse na esfera científica e discussão na comunidade académica (Carroll, 2016).

Em Portugal este tema possui ainda uma visibilidade reduzida na comunidade académica. A inexistência de dados oficiais nacionais ou institucionais sobre a fraude no ensino superior contribui para esta relativa invisibilidade e obstaculiza o necessário debate sobre a sua incidência e as formas mais adequadas para a sua prevenção, vigilância e punição no contexto atual. Por outro lado, ainda que os códigos de conduta da maioria das instituições de ensino superior em Portugal condenem veementemente a fraude académica, são porém pouco específicos na descrição ou delimitação das várias práticas que consideram fraudulentas e no tipo de sanção a aplicar em cada caso, assim como são também pouco instrumentais, ou seja, são geralmente omissos sobre quem deve detetar situações de plágio e como o deve fazer (Peixoto *et al.*, 2015). Assim, os docentes do ensino superior, pela sua proximidade aos processos avaliativos, acabam por ser considerados como os principais agentes na defesa da ética académica e na aplicação dos códigos de conduta institucionais.

São também raras em território nacional as investigações sobre a fraude académica. Desde logo, assinala-se o trabalho pioneiro de Ivo Domingues em 2006 sobre o “copianço” de alunos durante exames, realizado a partir de dados quantitativos e qualitativos recolhidos junto de uma coorte de alunos de licenciatura de uma universidade pública e seus professores (Domingues, 2006). Este estudo verifica que apesar da maioria dos alunos afirmar que “o copianço os prepara mal no domínio da formação moral e do uso da consciência ética coletiva” (*Idem*, p.47), o número daqueles que admitem fazê-lo é também maioritário. Do ponto de vista dos docentes, destaque-se a sua recusa incondicional destas

práticas e a disparidade da sua ação no que concerne à prevenção, controlo e punição de comportamentos fraudulentos em exames. Segundo o autor este tipo de fraude enraizou-se na ordem social académica que observou, vulgarizando-se envolto num código de silêncio entre alunos, e em desencontros e conflitualidades nas perceções e práticas de discentes e docentes que assentam sobretudo em tensões – face às orientações normativas e às definições dos efeitos – e contradições – entre práticas de controlo e entre práticas de penalização (*Idem*, pp.87-89).

Entre 2006 e 2013 foram publicados vários estudos de Maria Rocha e Aurora Teixeira que também tomam por objeto as práticas desonestas de alunos em exames, nomeadamente copiar por colegas ou a partir de cábulas. Estas análises quantitativas observam apenas discentes em cursos de licenciatura em economia e gestão, mas recolhem dados em várias universidades portuguesas e também estrangeiras, recorrendo a uma técnica de amostragem tipo “bola de neve” que, ao longo desses anos, fez crescer a amostra para mais de 7200 alunos de 46 instituições de ensino em 21 países (Teixeira e Rocha, 2010a). As autoras averiguam a disseminação da fraude em exames, em comparações internacionais, e analisam como varia a predisposição para a cometer de acordo com fatores contextuais, institucionais e individuais relacionados quer com o percurso escolar e académico quer com características pessoais e sociais. Sobressaem nestes estudos as vincadas “heterogeneidades entre países e blocos de países” (*Idem*, p.693) no que concerne à magnitude do fenómeno do copianço em exames que, acresce, varia de forma significativa de acordo com as características dos sistemas educativos, a existência de “códigos de honra” que condenem estas práticas, a severidade das sanções aplicáveis, a postura face à desonestidade no contexto académico e social dos alunos, assim como a sua idade e o número de anos em que se encontram no curso de licenciatura (Teixeira e Rocha, 2006, p.206; 2008, pp.15-17; 2010a, pp.693-696; 2010b, pp.39-40). Num outro momento comprova-se ainda que os alunos de economia e gestão que cometem fraude em exames são mais propensos a envolverem-se em processos de corrupção profissional no futuro (Teixeira, 2013, p.273).

Apenas recentemente encontramos uma investigação que se propôs analisar várias formas de fraude académica cometida por alunos em cursos de licenciatura de diversas áreas científicas e nos vários subsistemas do ensino superior em Portugal (Almeida *et al.*,

2015). Esta investigação, sediada no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, recorreu a uma inquirição por questionário a discentes e também recolheu informação junto de uma amostra alargada de docentes universitários sobre as suas perceções e práticas face a fraudes dos seus alunos<sup>1</sup>. Entre os vários resultados obtidos por este abrangente estudo, destaque-se que perto de 70% dos alunos inquiridos consideram que a fraude é frequente no seu contexto académico e que corre especialmente em exames ou provas escritas, enquanto os docentes apesar de possuírem uma perceção similar quanto à magnitude da fraude julgam que esta sucede mais em trabalhos escritos. A predisposição dos alunos para a fraude e a gravidade que lhe atribuem variam consoante o tipo de fraude mas também de acordo com os seus distintos perfis académicos, pessoais e sociais. Estas práticas surgem transversalmente condenadas mas não parecem sujeitas a uma cultura de denúncia, sendo maioritariamente enfrentadas pelos docentes de forma atomística numa relação bilateral com o aluno. Sobressai também a disparidade nas perceções e práticas de discentes e docentes perante as várias formas de fraude académica, especialmente quando se comparam diferentes áreas científicas de formação. Trata-se portanto de um “fenómeno social complexo que não deve ser abordado a partir de uma única perspetiva e cujo significado será porventura, melhor entendido à luz dos desacordos de perceção entre alunos e docentes do que à luz das suas convergências de opinião” (*Idem*, pp.154-155)<sup>2</sup>.

Com efeito, a fraude académica engloba um conjunto alargado de práticas por vezes com contornos de difícil delimitação e não se acantona a um agente específico, podendo antes ser cometida por todos os que se inscrevem em instituições de ensino superior ou mesmo por agentes externos a essas instituições, desde que envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem, atividades de investigação ou em publicações de âmbito científico ou institucional. Trata-se portanto de um objeto polissémico e multifacetado para o qual a sociologia ainda não possui uma conceptualização consensual, nem tampouco instrumentos e metodologias estabilizadas para a sua mensuração, o que limita sobremaneira a cumulatividade dos conhecimentos gerados que, em contexto internacional, especialmente norte-americano, já possui bastante lastro (Hallak e Poisson, 2001; Eckstein, 2003). Ainda que este património se fragmente por várias linhas de investigação, surgem particularmente numerosos os estudos que focam práticas de plágio entre alunos do ensino

superior (Husain, Shaker, e Mahfoodh, 2017) ou sobre as perceções dos docentes sobre essas práticas (Gottardello, Pàmies, e Valverde, 2017).

## **Metodologia**

A presente análise procura dar continuidade às análises antes referidas que se debruçaram sobre o fenómeno da fraude académica em Portugal, tendo por objetivo principal identificar as perceções e práticas de docentes face a situações de plágio em trabalhos de unidades curriculares de 1º e 2º ciclos ou em teses e projetos finais de 2º e 3º ciclos. Procura-se também esclarecer as perceções dos docentes quanto às práticas fraudulentas de auto-plágio e de compra ou apropriação de trabalhos. Convém desde logo esclarecer que o plágio remete para situações em que um objeto (*e.g.* palavras, argumentos, imagens ou gráficos) é retirado a uma fonte particular sem o reconhecimento adequado e com ou sem intenção de ludibriar (Diane Pecorari, 2002, p.60 *in* Sutherland-Smith, 2008, pp.70-71). Por seu turno, o auto-plágio resulta da apresentação enquanto novo e original um trabalho já entregue em momento anterior ou partes extensas de trabalhos anteriores sem adição significativa de novos materiais (Peixoto *et al.*, 2015). Já a compra ou apropriação de trabalhos, quer ocorra no interior da própria comunidade académica, quer no seu exterior, constitui também uma prática fraudulenta que se inscreve no universo do plágio.

Os dados sob escrutínio foram obtidos a partir de uma inquirição por questionário aos docentes do ISCTE-IUL, um instituto universitário público lisboeta que oferece formações em várias áreas do conhecimento e ciclos de ensino. Trata-se, portanto, de um estudo de caso, no qual se pretendia fazer um diagnóstico de situação relativamente às perceções e atitudes dos estudantes e docentes do ISCTE-IUL sobre o plágio. Este estudo nasceu enquadrado por um dos eixos estratégicos do Conselho Pedagógico desta instituição – a promoção da integridade académica –, tendo igualmente como objetivos, a par do anteriormente enunciado, promover o debate sobre o tema e produzir materiais informativos. Assim, foram construídos dois questionários (um deles destinado aos docentes e outro aos estudantes<sup>3</sup>) inspirados, num primeiro momento, nos questionários desenvolvidos no âmbito de um estudo desenvolvido na Universidade de Estocolmo, sob coordenação de Harko Verhagen, intitulado “Plagiarism” (Razera *et al.*, 2010; Razera,

2011), após a obtenção do devido consentimento para a sua utilização. Apesar de, num momento inicial, terem servido de “base de lançamento”, os questionários que vieram a ser aplicados no ISCTE-IUL são bastante distintos dos do estudo coordenado por Verhagen.

A aplicação do questionário fez-se com o auxílio de uma ferramenta *online* (*LimeSurvey*), estando disponível para ser respondido por um período de cerca de 15 dias. Relativamente aos docentes responderam ao questionário 131 indivíduos (correspondendo a cerca de 1/3 dos docentes do ISCTE-IUL), predominantemente do sexo feminino (57,6%), com idades compreendidas entre os 31 e os 75 anos e com uma média etária de 48 anos (DP=8,9 anos). Todos os departamentos estão representados na amostra, e na grande maioria dos casos com pesos relativamente próximos aos que têm no ISCTE-IUL.

Para além de algumas questões de caracterização, o questionário foi construído de molde a responder a diversas questões. Quais as perceções acerca de: O que é o plágio? Qual a gravidade do plágio? Quais as principais causas para o plágio? Qual a penalização adequada? Qual a melhor estratégia de prevenção? Com que frequência ocorrem situações de plágio? Pretendeu-se ainda saber se os docentes já tinham detetado situações de plágio, com que frequência e o que tinham feito nessa situação.

A primeira questão sobre o plágio existente no questionário tinha como objetivo perceber que situações eram percecionadas pelos docentes como sendo plágio. Assim, o questionário aplicado possuía sete cenários com situações que configuravam plágio, auto-plágio e compra ou apropriação de trabalhos. Quanto ao plágio, foram construídos quatro cenários distintos: os primeiros dois correspondem a práticas que podemos classificar como mais grosseiras pois implicam uma apropriação direta e sem referência à fonte de excertos, ideias e outros elementos de fontes científicas ou não-científicas; o terceiro remete para uma apropriação de um elemento apenas com pequenas modificações e sem menção da sua origem; e o quarto cenário de plágio representa uma apropriação com manipulação extensiva e indicação correta da fonte original, tanto no corpo do texto como nas referências bibliográficas. O cenário relativo ao auto-plágio remete para uma situação onde se apresenta como novo e original um trabalho que inclui partes extensas de textos próprios sem lhe fazer qualquer referência. Por último, criaram-se dois cenários relativos

à compra ou apropriação de trabalhos, um onde esse trabalho foi realizado por um colega de curso e avaliado nesse contexto e outro onde a sua proveniência se localiza fora do âmbito académico. Os docentes inquiridos foram convidados a pronunciar-se sobre quais destes cenários consideravam plágio (tendo como hipóteses de resposta: sim, não e não tenho a certeza), e qual a gravidade que lhes atribuíam. As restantes questões referiam-se à prática do plágio entre alunos e procuravam captar os motivos que os docentes julgam estar na sua origem, quais os fatores dissuasores, a frequência com que ocorrem situações de plágio e que medidas empreendem nessas situações.

Importa salientar que foram realizados testes estatísticos que tinham como objetivo, não a extrapolação de conclusões, mas antes a quantificação da magnitude de eventuais diferenças nas perceções e práticas dos docentes atendendo ao seu sexo, idade, anos de docência, conhecimento da existência de um código de conduta académica e departamento ou escola de pertença. Ainda que estes testes comprovem a existência de algumas diferenças estatisticamente significativas, geralmente aliadas ao género e à proximidade com o código de conduta, estas traduzem apenas subtis clivagens entre grupos que dificilmente podem ser consideradas relevantes. De alguma forma, este era um resultado expectável, decorrente de uma limitação própria de um estudo de caso, onde a proximidade institucional e científica entre os entrevistados e a relativamente reduzida dimensão da amostra podem contribuir para esfumar as diferenças que estes fatores introduzem nas perspetivas e práticas dos docentes em causa. Com efeito, este tipo de influência surge mais visível em estudos que trabalharam com amostras extensas de docentes provenientes de várias instituições de ensino (Almeida *et al.*, 2015; Gottardello, Pàmies, e Valverde, 2017).

### **Perceções e práticas dos docentes do ISCTE-IUL face ao plágio, auto-plágio e compra ou apropriação de trabalhos**

Ainda que a generalidade dos docentes do ISCTE-IUL classifique como fraudulentos os sete cenários apresentados, essa classificação afigura-se pouco consensual, especialmente em dois deles. Estas diferentes perceções surgem também refletidas no nível de gravidade atribuído a cada um dos cenários, tanto maior quanto mais consensual é a sua classificação enquanto fraude (Quadro 1).



**Quadro 1 – Classificação enquanto plágio (% de “sim”) e avaliação da gravidade dos vários cenários de fraude de estudantes na perspetiva dos docentes do ISCTE-IUL**

Tipo de Fraude	Cenário	É plágio (%)	Avaliação da Gravidade	
			Média (1 a 6)	Desvio Padrão
Plágio	Retirar um excerto de um texto ou imagem de livros, artigos ou da internet e integrá-lo num trabalho como seu	98,5	5,62	0,80
	Usar ideias/texto de um artigo de jornal ou revista não científica sem fazer referência à sua proveniência e apresentando como se fosse seu	93,9	5,63	0,97
	Retirar um excerto de um texto fazer pequenas modificações de linguagem e apresentá-lo como seu	80,2	4,85	1,22
	Usar grande parte do conteúdo de um texto publicado mudando apenas a sua ordem, fazendo a referência no corpo do texto e aparecendo a fonte original na bibliografia	51,1	4,21	1,49
Auto-plágio	Utilizar dados, textos, ideias, conclusões de trabalhos anteriores próprios, sem fazer referência aos mesmos	60,3	4,43	1,58
Compra/Apropriação	Utilizar um trabalho de um colega seu, já anteriormente avaliado e com autorização deste	84,7	5,53	1,08
	Comprar um trabalho a alguém e apresentá-lo como seu	82,4	5,84	0,80

Fonte: Perceções e atitudes dos estudantes e dos docentes do ISCTE-IUL sobre o plágio.

A classificação enquanto fraude dos dois cenários de plágio que se referem a apropriações diretas foi a mais inequívoca, especialmente quando a fonte original é científica (98,5%), mas também quando é não-científica (93,9%). O cenário que remete para uma apropriação com ligeiras alterações é também apontado como fraude por uma larga maioria (80,2%), porém existe já uma parcela assinalável de docentes que discorda desta classificação. Esta dissonância torna-se mais evidente se considerarmos que pouco mais de metade dos docentes (51,1%) considera fraudulenta uma apropriação abusiva mas com manipulação extensiva e fonte original corretamente identificada. O cenário de auto-plágio também originou sobejas dúvidas quanto à sua classificação, ainda que a maioria dos docentes o considere fraude (60,3%). As perceções dos docentes voltam a ser mais unívocas no que concerne a considerar fraudulentos

os cenários de compra ou apropriação de trabalhos, quer quando a fonte se encontra dentro do contexto académico (84,7%) quer fora dele (82,4%).

O nível de gravidade atribuído a cada um destes cenários avaliado numa escala de 1 (Totalmente aceitável) a 6 (Totalmente inaceitável) é, em média, sempre bastante elevado, abeirando-se do nível máximo dessa escala na maior parte dos casos. No entanto, enquanto o nível de gravidade atribuído aos cenários de plágio com apropriação direta e de compra ou apropriação de trabalhos nunca se queda, em média, aquém dos 5,5 pontos, nos restantes cenários, justamente aqueles que mais dúvidas suscitaram na sua classificação enquanto fraude, essa avaliação mantêm-se elevada mas não ultrapassa a fasquia dos 5 pontos. Com efeito, as flutuações na avaliação da gravidade destes cenários parecem espelhar a maior, ou menor, univocidade na sua categorização como fraudulentos.

Uma vez que todos os cenários configuram fraude académica e correspondem a situações que surgem condenadas no código de conduta académica da instituição de ensino destes docentes, sobressai que as suas perceções sobre o que constitui (ou não) fraude se afiguram um pouco ambíguas, especialmente nas *zonas cinzentas* do plágio com indicação de fonte e do auto-plágio, mas também face a formas mais flagrantes de fraude, ainda que atribuam uma elevada gravidade a todas elas<sup>4</sup>. Constatações consentâneas com outras investigações em terreno nacional (Domingues, 2006; Almeida *et al.*, 2015) e que revelam a ausência de uma plataforma comum de entendimento entre os docentes, mas também o seu afastamento dos procedimentos institucionalizados. Com efeito, note-se que o referido código de conduta define com precisão que o plágio corresponde à “utilização de uma obra, trabalho, palavras ou qualquer outro material publicado ou não publicado de outra ou outras pessoas e apresentá-la como se fosse sua, nomeadamente, copiar ou parafrasear sem claramente identificar a fonte” e que o auto-plágio resulta da “utilização de uma obra, trabalho, palavras ou qualquer outro material de autoria do próprio e apresentá-la de novo como se fosse original” (Anexo I), assim como especifica a proibição de “comprar ou vender relatórios, ensaios, monografias, teses ou outros trabalhos” (artº 8º, nº 4). Nada refere porém quanto às situações em que o plágio surge com indicação da fonte original, o que pode agravar as dúvidas dos docentes perante esta situação.

Feito o diagnóstico relativamente às perceções dos docentes quanto ao que constitui (ou não) plágio, procurou-se, em seguida, averiguar quais os motivos que os docentes do ISCTE-

IUL entendem estar na origem dessas práticas por parte dos alunos. Para tal, foram confrontados com 19 razões possíveis e foi-lhes pedido que as avaliassem numa escala de 1 (Nada provável) a 6 (Extremamente provável). No quadro 2 podem ser vistos quinze motivos que obtiveram classificações médias acima de 3,5 pontos, ou seja, os que são encarados como prováveis pelos docentes, por ordem descendente.

**Quadro 2 – Motivações que os docentes no ISCTE-IUL associam à prática de plágio por parte dos estudantes**

Motivos	Avaliação	
	Média (1 a 6)	Desvio Padrão
Preguiça/inércia	5,18	1,23
Pensar que não é grave, porque todos o fazem	5,08	1,09
Crença de que vale a pena cometer plágio se com isso conseguir notas mais altas	4,99	1,32
A ideia segundo a qual "o importante é concluir as unidades curriculares, seja qual for o preço"	4,92	1,19
Pensar que nunca será apanhado	4,89	1,10
A fraca penalização aplicada em caso de plágio	4,83	1,34
Práticas pedagógicas no ensino secundário promovem a utilização de ideias/textos de outros sem a devida referência	4,43	1,42
Acesso fácil a livros e artigos através da internet	4,37	1,57
Dificuldades na elaboração de um texto académico	4,27	1,42
O facto de os alunos não terem noção do que é plagiar	4,11	1,48
Falta de domínio de uma linguagem escrita adequada ao ensino superior	4,05	1,41
Falta de tempo	4,02	1,50
Falta de compreensão do que está a ser estudado	3,89	1,40
Falta de interesse na matéria	3,72	1,44
Competição entre os alunos	3,66	1,37

Fonte: Percepções e atitudes dos estudantes e dos docentes do ISCTE-IUL sobre o plágio.

Através destes valores médios verifica-se que os docentes destacam principalmente fatores individuais como os principais motivadores para o plágio entre alunos. Entre esses fatores sobressaem as más práticas como a “preguiça/inércia” (5,18), alicerçadas num conjunto de crenças desculpabilizantes, nomeadamente, a vulgaridade da fraude (5,08), a sua eficácia (4,99) e a impunidade com que se comete (4,89), e de comportamentos pouco éticos: o sucesso a qualquer preço (4,92). Os docentes enfatizam igualmente fatores institucionais motivadores do plágio, tal como as penalizações ligeiras (4,83) e os hábitos criados durante o ensino secundário (4,43), e também aspetos contextuais como o fácil acesso a textos através da internet (4,37). Avaliados com menor importância do que os

motivos anteriores, surgem novamente fatores individuais aliados à falta de competências para a elaboração de textos científicos ou académicos (4,27), a uma noção errada do que constitui plágio (4,11), à falta de tempo (4,05) e ainda à falta de compreensão (3,98) ou de interesse (3,72) sobre o que está a ser estudado. Por último, os docentes assinalam a que a competição entre alunos pode também ser motivadora do plágio (3,66).

A sobrevalorização de dimensões individuais, institucionais e contextuais como motivadores do plágio revela que os docentes desvalorizam a sua própria influência nestas situações, passível de ser localizada nas suas escolhas pedagógicas, curriculares, avaliativas, de determinação de cargas de trabalho e também da sua própria competência enquanto professores e orientadores de trabalhos em formato científico. Constatções que se encontram em linha com as obtidas junto de uma amostra multi-institucional de docentes universitários em Portugal (Almeida *et al.*, 2015, p.110) e que carecem de reflexão, pois torna-se vital que quaisquer políticas institucionais de prevenção do plágio identifiquem as suas determinantes de forma abrangente.

A perceção dos docentes quanto à eficácia de várias medidas de prevenção do plágio foi também mensurada através de uma escala de seis pontos (de 1 nada eficaz a 6 extremamente eficaz). No quadro 3 apresentam-se por ordem descendente os valores médios das avaliações feitas para as medidas que obtiveram uma média avaliativa superior a 3,5 pontos.

**Quadro 3 – Fatores de dissuasão do plágio entre estudantes na perspetiva dos docentes do ISCTE-IUL**

Medidas	Avaliação	
	Média (1 a 6)	Desvio Padrão
Tornar mais severas as penalizações para quem comete plágio	5,12	1,13
Informar os alunos de todos os cursos acerca das regras relativas ao plágio	4,98	1,12
Informar os alunos de que os seus trabalhos serão submetidos às ferramentas de deteção de plágio	4,76	1,13
Utilização obrigatória das ferramentas eletrónicas de deteção de plágio	4,48	1,34
O acompanhamento por parte dos professores aquando da realização de trabalhos, com momentos intermédios de discussão	4,47	1,42
Fomentar a discussão sobre plágio entre alunos e professores	4,46	1,44
Dar aos alunos todas as informações sobre o trabalho com tempo, evitando dessa forma a pressão decorrente da falta de tempo	4,05	1,63

Divulgar/Publicar a toda a comunidade escolar, na intranet, os casos confirmados de plágio e os seus autores	3,96	1,63
--	------	------

Fonte: Perceções e atitudes dos estudantes e dos docentes do ISCTE-IUL sobre o plágio.

Os docentes em estudo consideram que as medidas mais eficazes para a dissuasão do plágio entre os estudantes são o reforço das penalizações (5,12), da visibilidade das regras estabelecidas pelos códigos de conduta (4,98), dos processos de vigilância (4,76) e da sua exaustividade (4,48). Só depois destas ações associadas ao “vigiar e punir”, surgem medidas associadas à prevenção, nomeadamente, acompanhamento próximo aos trabalhos de alunos (4,47), discussão sobre o plágio entre alunos e professores (4,46) e também especificar com detalhe prazos e contornos dos trabalhos requeridos aos alunos (4,05). A medida com menor avaliação média neste conjunto volta a cair no domínio da punição, uma vez que sugere a divulgação dos casos confirmados de plágio no interior da comunidade escolar (3,96). Assim, apesar de atribuírem maior ênfase às ações de sanção e punição, estes docentes não deixam de assinalar o importante papel da informação e discussão em torno do plágio como fatores inibidores.

Dado o carácter ilegal do plágio e o papel que os docentes assumem no seu controlo, a mensuração da frequência com que estes com ele se confrontam, bem como as suas práticas nessas ocasiões, assume-se como particularmente difícil (Gottardello, Pàmies e Valverde, 2017). Entre as várias estratégias documentadas na literatura para minimizar estes problemas, a que surge mais vulgarizada é o questionamento de forma direta dos entrevistados (Teixeira e Rocha, 2006). Mesmo que esta opção metodológica não permita considerar as distintas sensibilidades ou constrangimentos dos docentes, assume-se particularmente adequada a inquirições indiretas por questionário. Procurámos, porém, promover a uniformização das respostas, tendo para isso estabelecido uma baliza temporal de observação precisa que recai sobre os últimos 5 anos e distinguido claramente os momentos dessa fraude: trabalhos de unidades curriculares de 1º ciclo, de 2º ciclo e teses ou projetos finais de 2º ou 3º ciclos.

Os dados obtidos revelam que a maior parte dos docentes já se confrontou com situações de plágio nos últimos 5 anos de atividade docente. Em trabalhos de unidades curriculares de 1º ciclo este grupo inclui perto de 80% dos docentes, em trabalhos de 2º ciclo recua para cerca de 70% e em teses ou projetos finais de 2º e 3º ciclo queda-se nos 50%. No que

respeita a trabalhos de 1º ciclo estes valores encontram-se em linha com os obtidos junto de outras populações de docentes universitários em Portugal sobre a incidência do “copianço” em exames (Domingues, 2006), ou da fraude académica em sentido mais abrangente (Almeida *et al.*, 2015). Relativamente a fraudes nos 2º ou 3º ciclos de ensino em Portugal não existe um ponto de comparação, porém, ainda que a incidência das deteções diminua face ao 1º ciclo, permanece elevada, especialmente em trabalhos de unidades curriculares. Tal sugere que as práticas de plágio se encontram amplamente difundidas, especialmente se considerarmos que estes valores reportam apenas aos casos detetados e admitidos pelos docentes (quadro 4).

**Quadro 4 - Situações de plágio entre estudantes detetadas nos últimos 5 anos por docentes do ISCTE-IUL (%)**

<b>Tipo de trabalho/ciclo</b>	<b>Sim (%)</b>
Trabalhos de U.C. de 1º ciclo	79,7
Trabalhos de U.C. de 2º ciclo	70,4
Teses ou projetos finais de 2º ou 3º ciclos	49,6

Fonte: Perceções e atitudes dos estudantes e dos docentes do ISCTE-IUL sobre o plágio.

Além da presença notória do plágio, esta análise revela também que a sua deteção diminui ao longo dos ciclos de ensino. Torna-se assim plausível equacionar que esta diminuição possa constituir evidência de um processo (bem-sucedido) de socialização académica, que progressivamente inculca nos alunos uma cultura académica baseada em procedimentos científicos eticamente corretos. Por outro lado, pode também constituir indício de um mecanismo de seleção académico que retém ou afasta da academia os alunos com comportamentos menos éticos.

Durante a análise às práticas empreendidas pelos docentes perante situações de plágio, devemos considerar que o código de conduta académica pelo qual se regem determina que os trabalhos de unidades curriculares, projetos finais ou teses devem ser anulados quando neles é detetado plágio, que essas situações devem ser comunicadas ao/à reitor/a e que no

caso de trabalhos de 1º e 2º ciclos acresce a reprovação na unidade curricular em causa (quadro 5).

Posto isto, verifica-se que poucos docentes cumprem em rigor a prescrição do código de conduta académica, pois a maioria destes, ainda que anule os trabalhos em que foi detetado plágio, não comunica essa situação ao reitor nem tampouco impede os alunos de concluir a unidade curricular quando se trata de trabalhos de 1º ou 2º ciclos, remetendo-os antes para exame ou deixando-os simplesmente prosseguir em avaliação contínua.

**Quadro 5 – Práticas dos docentes no ISCTE-IUL face às situações detetadas de plágio de estudantes (%).**

<b>Práticas empreendidas perante a deteção de plágio (Resposta Múltipla)</b>		<b>(%)</b>
Trabalho de U.C. de 1º Ciclo	Não fez nada	3,1
	Conversou com o aluno mas deixou-o entregar o trabalho	18,4
	Anulou e permitiu que o aluno continuasse em avaliação	40,8
	Anulou e remeteu o aluno para exame	45,9
	Anulou e impediu que o aluno fizesse a UC	8,2
	Participou à Direção do seu departamento	6,1
	Participou à Comissão Pedagógica da sua Escola	9,2
	Participou ao Conselho Pedagógico	1,0
	Participou ao Reitor	5,1
	Outras	12,2
Trabalho de U.C. de 2º Ciclo	Não fez nada	1,2
	Conversou com o aluno mas deixou-o entregar o trabalho	9,9
	Anulou e permitiu que o aluno continuasse em avaliação	27,2
	Anulou e remeteu o aluno para exame	43,2
	Anulou e impediu que o aluno fizesse a UC	11,1
	Participou à Direção do seu departamento	11,1
	Participou à Comissão Pedagógica da sua Escola	4,9
	Participou ao Conselho Pedagógico	1,2
	Participou ao Reitor	6,2
	Outras	18,5
Teses ou projetos finais de 2º ou 3º ciclos	Não fez nada	1,7
	Conversou com o aluno mas deixou-o entregar a tese/projeto	3,4
	Conversou com o aluno e obrigou-o a reformular tese/projeto	65,5

<b>Práticas empreendidas perante a deteção de plágio (Resposta Múltipla)</b>	<b>(%)</b>
Denunciou e impediu que a tese/projeto fosse apresentada	24,1
Participou ao Diretor do curso	19,0
Participou à Comissão Pedagógica da sua Escola	1,7
Participou ao Reitor	5,2
Outras	8,6

Fonte: Perceções e atitudes dos estudantes e dos docentes do ISCTE-IUL sobre o plágio.

Quando o plágio é detetado em trabalhos de unidades curriculares a atuação mais comum é a anulação do trabalho em causa, tanto no 1º ciclo (86%) como no 2º ciclo (70,4%), tendo como única pena acessória na maioria destes casos a remissão para exame (respetivamente, 45,9% e 43,2%). Torna-se raro reportar estas situações a outros, quer quando sucedem no 1º ciclo (21,4%) quer no 2º (23,4%), e torna-se ainda mais incomum que essa participação seja dirigida ao reitor (cerca de 6% em ambos os casos). Os dados revelam também alguma complacência dos docentes pois perante uma deteção do plágio, aos poucos que não reagem de todo juntam-se aqueles que acabam por aceitar o trabalho fraudulento após conversar com o aluno, situações que decorrem especialmente ao nível do 1º ciclo (21,5%) mas também do 2º (11,1%). Os docentes declararam ainda um conjunto de ações que maioritariamente representam variações às opções anteriores ou que pretendem assinalar situações particulares. Individualmente estas práticas e situações não assumem uma expressão relevante mas quando agrupadas numa única categoria – “outras” – representam uma parcela assinalável da ação docente no 1º (12,2%) e 2º (18,5%) ciclos.

Nos casos em que a deteção de plágio ocorre em teses ou projetos finais de 2º ou 3º ciclos a atuação dos docentes revela-se bastante distinta. Desde logo, a complacência é bastante mais rara (5,1%) e emerge uma nova prática mais frequente que se afasta do domínio da punição ou denuncia e se aproxima do da prevenção, isto é, em 65,5% destes casos os docentes conversam com os alunos e obrigam-nos a reformular as suas teses e projetos finais. Esta prática presumivelmente terá como resultado a apresentação de um novo texto isento de fraude, o que também contribuirá para justificar a progressiva diminuição da incidência de fraude ao longo dos ciclos de ensino. Trata-se de um procedimento que não se encontra previsto no código de conduta e que pressupõe um



acompanhamento próximo do trabalho dos alunos, sendo portanto compreensível que esteja circunscrito a teses ou projetos finais de 2º ou 3º ciclo. Porém, se atendermos ao aumento sistemático do número de matriculados em mestrados ou doutoramentos, este tipo de atuação pode tornar-se cada vez mais rara se não for apoiada institucionalmente. Assinale-se ainda que a parcela de docentes que comunica estas situações a outros permanece reduzida (25,9%), especialmente quando destinada ao reitor (5,2%), e que as “outras” práticas são mais esporádicas (8,6%).

Em suma, tal como a investigação de âmbito nacional atrás referida assinala, a deteção de uma situação de plágio resulta geralmente num processo que se confina ao binómio docente/discente, o que revela a baixa predisposição dos primeiros para a denúncia dos segundos (Almeida *et al.*, 2015). Nesse estudo emerge também que a “principal resposta dos docentes perante a deteção de situações de fraude cometidas por alunos é a penalização da avaliação” (*Idem*, p.116), porém entre os docentes do ISCTE-IUL a prática mais frequente é a anulação do trabalho. Tal poderá relacionar-se com o fato dessa atuação ser uma das prescritas no código de conduta desta instituição, ainda que se tenha comprovado a fraca adesão à globalidade daquilo que esse código determina em situações de plágio. Não existem outros dados em Portugal que possam esclarecer se a atuação dos docentes do ISCTE-IUL perante o plágio em teses ou projetos finais se afigura comum ou se surge confinada a esta população, no entanto, face ao cenário traçado para o 1º ciclo, destaque-se que a ação principal dos docentes do ISCTE-IUL em ciclos subsequentes é mais preventiva do que punitiva.

### **Notas conclusivas**

Esta análise, ainda preliminar, a alguns dos dados recolhidos no inquérito “Perceções e atitudes dos estudantes e dos docentes do ISCTE-IUL sobre o plágio” permitiu identificar continuidades e descontinuidades neste grupo de docentes quando confrontados com situações de fraude académica por parte de alunos. As dissemelhanças não se confinam mas tornam-se mais evidentes em situações que designámos antes como zonas cinzentas do plágio. Já a univocidade assoma na perceção de que as principais determinantes do plágio são individuais e na aposta numa (maior) severidade das punições como principal meio para dissuadir plagiadores. No que concerne às práticas destes docentes, as

divergências emergem essencialmente face a um código de conduta que raramente surge corretamente aplicado, pois a maioria assume uma atuação isolada e mais permissiva do que o prescrito. Existem porém práticas distintas consoante o plágio é detetado em trabalhos de unidades curriculares ou em teses ou projetos finais, de maior pendor punitivo no primeiro caso e preventivo no segundo. As (des)continuidades nas perceções e práticas destes docentes sobressaem também quando cotejadas com outras populações de professores no ensino superior português, porém, a escassez de outras fontes de informação ou de dados institucionais apenas autoriza uma visão cumulativa e estreita, não permitindo assim qualquer conclusão além de reificar a importância de considerar as influências das distintas culturas institucionais em futuras investigações sobre a fraude académica em Portugal. Com efeito, esta análise também propiciou reflexões que extravasam o caso particular em estudo e que convém sistematizar, ainda que de forma necessariamente sumária.

Em primeiro lugar, para melhor compreender e atuar sobre a fraude académica no contexto português atual surge imprescindível colmatar a evidente lacuna na reflexão científica e na informação disponível sobre este complexo fenómeno. O caminho entretanto trilhado constitui um importante ponto de partida teórico e metodológico, mas é ainda insuficiente para lançar um debate informado e alargado que contribua para esclarecer e otimizar os mecanismos de prevenção, vigilância e punição da fraude na esfera académica e científica. Acresce que este é um problema nacional e portanto seria desejável promover uma estratégia conjunta entre as várias instituições de ensino superior, idealmente apoiada pelos organismos públicos que tutelam este nível de ensino e a esfera da investigação científica.

Em segundo lugar, esta e as restantes análises sobre a fraude no ensino superior português assinalam que os códigos de conduta académica das instituições observadas carecem de visibilidade junto de alunos e docentes, aspeto imprescindível à sua correta aplicação. Por outro lado, também sobressai a insuficiente instrumentalidade destes códigos em várias dimensões, entre as quais destacamos a adequação aos novos desafios tecnológicos, definição dos vários tipos de fraude académica e das suas variações, assim como na determinação de distintos níveis de gravidade e de sanções. A falta de aplicabilidade destes códigos agrava-se se considerarmos que geralmente não identificam

quem é responsável por verificar o crescente número de documentos produzidos ou tampouco sugerem como deve decorrer essa verificação.

Em terceiro lugar, nas complexas sociedades contemporâneas a fraude académica surge arreigada em transformações sociais mais amplas para as quais a sociologia possui património teórico e empírico já firmado e adequado à formulação de teorias, lançamento de hipóteses e interpretação de dados acerca da evolução da fraude em contexto académico e científico, considerando os seus prolongamentos e determinantes culturais, sociais e individuais. No entanto, a conceptualização sociológica de fraude académica e das suas variações surge ainda deficitária, assim como também escasseiam investigações que tomem por objeto práticas fraudulentas em outros agentes na esfera académica além dos alunos.

Por último, tal como noutros estudos que observaram as perceções e práticas dos docentes universitários perante fraudes dos seus alunos, também este deixou evidente que parte das suas contradições e hesitações se ancoram num conjunto de equívocos sobre o que surge consentaneamente considerado fraude na sua comunidade académica ou, pelo menos, prescrito nos códigos de conduta académica das suas instituições de ensino. Uma ilação que reifica a importância de dotar estas questões de maior visibilidade e promover uma discussão informada sobre a necessária cultura de integridade no ensino superior.

## Notas

<sup>1</sup> Durante esta inquirição foi constituído um painel de alunos que respondeu posteriormente a um questionário similar. Esta estratégia permitiu dotar a análise de uma visão evolutiva que se afirma como “uma proposta original em face dos instrumentos disponíveis na literatura científica para recolha de dados relativos à fraude académica” (Almeida *et al.*, 2015, p. 30).

<sup>2</sup> Ao abrigo deste projeto foram ainda publicados dois artigos onde se focam apenas alunos de licenciaturas em economia e gestão (Gama *et al.*, 2013a e 2013b). Acresce que, em 2010, alguns dos investigadores envolvidos neste projeto de investigação tinham já encetado um estudo quantitativo exploratório sobre diversas práticas fraudulentas em alunos de 1º, 2º e 3º anos em vários cursos de licenciatura da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Almeida, Gama e Peixoto, 2010).

<sup>3</sup> Apenas apresentaremos aqui resultados relativos aos docentes.

<sup>4</sup> Cerca de 80% dos docentes inquiridos afirma conhecer a existência deste código onde, no artigo 8, alínea g), se condena as “prática de plágio, atos de auto-plágio, cópia ou qualquer outro modo de submeter de forma desonesta um trabalho para avaliação, uma dissertação de mestrado ou uma tese de doutoramento para defesa”, assim como “comprar ou vender relatórios, ensaios, monografias, teses ou outros trabalhos para uso fraudulento” (Código de Conduta Académica do ISCTE-IUL, Regulamento n.º 25/2017, Diário da República, 2.ª série, N.º 6 de 9 de janeiro de 2017).

Por decisão pessoal, os autores do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.

## Referências

- Almeida, F., Gama, P., & Peixoto, P. (2010). La ética de los alumnos de la enseñanza superior: un estudio exploratorio sobre el fraude académico en Portugal. Working Paper do CES, Universidade de Coimbra, 348, 1-15.
- Almeida, F., Seixas, A., Gama, P., & Peixoto, P. (2015). *A Fraude Académica no Ensino Superior em Portugal*. Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Carroll, J. (2016). Para que não se confunda a gestão do plágio estudantil com questões de ética, fraude e ludíbrio: o que nos ensina a experiência do ensino superior europeu. Em Almeida, F. et al (Cords), *Fraude e plágio na Universidade: a urgência de uma cultura de integridade no Ensino Superior* (pp.59-98). Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Domingues, I. (2006). *O Copianço na Universidade. O Grau Zero na Qualidade*. Lisboa, Portugal: Rés-XXI.
- Eckstein, M. (2003). *Combating Academic Fraud. Towards a Culture of Integrity*. Paris, França: Unesco.
- Gama, P., et al. (2013a). A ética dos alunos de Administração e de Economia no ensino superior. *Revista de Administração Contemporânea*, 17(5), 620-641.
- Gama, P., et al. (2013b). Ethics and academic fraud among higher education engineering students in Portugal. Proceedings of *International Conference of the Portuguese Society for Engineering Education (CISPEE)*, 1-7.
- Gottardello, D., Pàmies, M., & Valverde, M. (2017). Professors’ perceptions of university students’ plagiarism: A literature review. *Textos universitaris de biblioteconomia i documentació*, 39, 1-13.
- Hallak, J. (2016). Ética e fraude no ensino superior: à procura de novos modos de regulação. Em Almeida, F. et al (Cords), *Fraude e plágio na Universidade: a urgência*

- de uma cultura de integridade no Ensino Superior* (pp.31-58). Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Hallak, J., & Poisson, M. (2001). *Ethics and corruption in education*. Paris, França: IIEP-Unesco.
- Husain, M., Shaker, S., & Mahfoodh, O. (2017). Perceptions of and attitudes toward plagiarism and factors contributing to plagiarism: A review of studies. *Journal of Academic Ethics*, 15(2), 167-195.
- McCabe, D. (1999). Academic Dishonesty among High School Students. *Adolescence*, 139 (34), 681-687.
- Peixoto, P. *et al.* (2015). Políticas Institucionais em Portugal relativas à Fraude Académica. Em Almeida, Filipe *et al.* (Cords.), *Fraude e Plágio na Universidade* (pp. 195-240). Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Razera, D. (2011). *Awareness, attitude and perception of plagiarism among students and teachers at Stockholm University*. Unpublished Master of Science Thesis, Stockholm University/KTH, Stockholm, Suécia.
- Razera, D., *et al.* (2010). Plagiarism awareness, perception, and attitudes among students and teachers in Swedish higher education - a case study. *Proceedings of the 4th International Plagiarism Conference*, Newcastle UK, June, 21-23.
- Sutherland-Smith, W. (2008). *Plagiarism, the Internet, and student learning: Improving academic integrity*. Nova Iorque, EUA: Routledge.
- Teixeira, A., & Rocha, M. (2006). Academic cheating in Austria, Portugal, Romania and Spain: A comparative analysis. *Research in Comparative and International Education*, 1(3), 198-209.
- Teixeira, A., & Rocha, M. (2008). Academic cheating in Spain and Portugal: An empirical explanation. *International Journal of Iberian Studies*, 21(1), 3-22.

Teixeira, A., & Rocha, M. (2010a). Cheating by economics and business undergraduate students: an exploratory international assessment. *Higher Education*, 59(6), 663-701.

Teixeira, A., & Rocha, M. (2010b). Academic misconduct in Portugal: Results from a large scale survey to university economics/business students. *Journal of Academic Ethics*, 8(1), 21-41.

Teixeira, A. (2013). Sanding the wheels of growth: Cheating by economics and business students and ‘real world’ corruption. *Journal of Academic Ethics*, 11(4), 269-274.